

Editorial

A Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU) disponibiliza à comunidade acadêmica a 65ª edição do Boletim Científico. A obra reúne artigos que sintetizam estudos sobre temas relevantes não apenas para a atuação dos órgãos de sistema de Justiça, mas para toda a sociedade, seja na proteção de direitos, seja na responsabilização de quem cometeu crimes.

O artigo de abertura propõe uma reflexão sobre a invisibilidade do trabalho de cuidado doméstico no Brasil. Brenno Menezes, doutorando em Direito e especialista em Direitos Humanos e Trabalho pela ESMPU, analisa como essa atividade, embora central para a organização social, é permeada por disparidades de gênero e raça. A constatação tem como base dados oficiais que indicam que mais 90% do total de trabalhadores são mulheres, e destas 69% são negras. O autor discorre sobre a relação entre o modo de produção capitalista e neoliberal e a realidade de quem atua no cuidado doméstico. Também destaca fundamentos jurídicos envolvidos no tema, sugerindo medidas que reconheçam a importância do setor, como a redução de carga horária, a redistribuição de responsabilidades familiares e a expansão do ensino infantil em tempo integral.

O estudo seguinte trata das dificuldades enfrentadas para reunir provas digitais necessárias a fim de instruir processos penais quando o acesso depende de cooperação internacional. A abordagem do tema é de Angélica Vellar, especialista em Cooperação Jurídica Internacional pela ESMPU. O texto destaca aspectos relacionados ao momento atual, com ênfase na ineficiência de métodos tradicionais, normalmente muito demorados em comparação com a realidade digital predominante, inclusive na criminalidade transnacional. A autora discute a transição para novos modelos de jurisdição, como o *Cloud Act*, já adotado no Estados Unidos, e o entendimento firmado no Brasil pelo Supremo Tribunal Federal (STF), sobre parâmetros para o uso da requisição direta via Marco Civil da Internet.

Esta edição também detalha os esforços para a repatriação de patrimônio paleontológico extraído ilegalmente da Bacia do Araripe, no Ceará. Marina Amaral de Lima, especialista em Cooperação Jurídica Internacional pela ESMPU, apresenta resultado do estudo que fez sobre a atuação do Ministério Público Federal no combate ao tráfico de fósseis, bem como os desafios diplomáticos para a recuperação desses bens. A pesquisa avaliou o desfecho de 11 procedimentos de cooperação instalados

pelo Ministério Público Federal desde 2015. Dois casos se destacam por terem vencido todas as etapas, assegurando que França e Alemanha devolvessem peças retiradas de forma criminosa do território brasileiro.

No âmbito do Direito Processual, Matheus Depieri, mestre em Direito pela Universidade de Cambridge, e a bacharel em Direito Isabella Tannús discutem aspectos relacionados à efetivação do instrumento da penhora sobre o faturamento de empresas. O instrumento previsto desde 2006 no ordenamento jurídico brasileiro se destina a assegurar o cumprimento de decisões judiciais, ou seja, garantir a execução da sentença. Dados do Conselho Nacional de Justiça revelam que essa etapa do processo (execução) dura, em média, três vezes mais que a fase de conhecimento, entre a instauração e a sentença. Além do aspecto temporal, o texto apresenta reflexões sobre outros pontos relevantes, como a distinção entre faturamento bruto ou líquido e o subsídio técnico fornecido pelo chamado administrador-depositário, figura central para viabilizar as execuções.

Esta edição se encerra com uma discussão sobre o Ministério Público na era digital, de autoria de Leandro Carvalho Martins Sales. O doutorando em Direito Constitucional analisa os desafios institucionais para conciliar os avanços tecnológicos – impulsionados pelo uso de *Big Data*, algoritmos e plataformas digitais – com o respeito aos princípios fundamentais da Constituição. O autor discute fenômenos como assimetria de informação e racionalidade instrumental, frisando não ser possível avaliar os impactos da tecnologia apenas como instrumento de eficiência administrativa. Avalia que é fundamental ter uma visão crítica dos efeitos da tecnologia seja na proteção de direito, seja até mesmo na legitimidade institucional. O autor defende uma postura de autocontenção e vigilância para se garantirem os benefícios dos avanços tecnológicos, mantendo o respeito aos mandamentos constitucionais.

Com essa nova edição do seu Boletim Científico, a ESMPU espera contribuir para o debate acadêmico e oferecer subsídios técnicos para o enfrentamento dos complexos desafios do sistema de justiça contemporâneo.

Boa leitura!

Raquel Branquinho Pimenta Mamede Nascimento

Diretora-Geral da ESMPU

Editora-Chefe